

Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado

Leonia Capaverde Bulla*
Carin Otilia Kaefer**

Resumo

Este artigo propõe reflexões sobre as relações entre trabalho, aposentadoria e terceira idade, segmento que hoje representa uma parcela significativa da população. Considera-se o trabalho fundamental para a qualidade de vida dos sujeitos, que são muitas vezes excluídos do mercado de trabalho, sem grandes possibilidades de reinserção. Discutem-se as dificuldades que os idosos enfrentam para se manter atualmente no mercado de trabalho, a importância da preparação para a fase de aposentadoria e a necessidade de continuarem participando de todos os âmbitos da vida social e lutando para a efetivação de seus direitos.

Palavras-chave: Trabalho. Aposentadoria e terceira idade. Direitos sociais.

Abstract

This article proposes reflections about the relationships among work, retirement and third age, segment that today represents a significant portion of the population. The work is considered essential for the quality of life of the subjects, that are excluded of the labor market a lot of times, without great reintegration possibilities. The difficulties faced by the seniors to stay now in the labor market are discussed. It is also important the preparation for the retirement phase and the seniors need to continue participating in all the ambits of the social life and battling to turn effective its rights.

Key words: Work. Retirement and third age. Social rights.

Introdução

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o trabalho e a aposentadoria, associados ao processo de envelhecimento. Entende-se que, pensar em aposentadoria significa preparar a população que envelhece, para mudanças em suas atividades laborativas, que podem continuar ou não após o recebimento do benefício previdenciário, até sua desvinculação total do mercado de trabalho. Pretende-se estudar os processos de envelhecimento e aposentadoria para contribuir com o avanço do conhecimento sobre esses temas, mas também para auxiliar os sujeitos que vivenciam esse processo. É importante que os profissionais de diversas áreas do saber também reflitam sobre essas questões e as aprofundem, buscando qualificar-se, cada vez mais, para o exercício de suas atividades com os idosos.

As diferentes formas pelas quais os sujeitos idosos percebem o trabalho e a aposentadoria podem ser ressaltadas pela história de vida de cada um. Os processos de envelhecimento e de aposentadoria ocorrem de maneiras diversas, apresentado múltiplas interfaces, que estão relacionadas às mudanças na vida social e no mundo do trabalho, à reorganização da vida familiar que se presencia na sociedade contemporânea, ao convívio

* Assistente Social, Mestre em Serviço Social, Doutora em Ciências Humanas – Educação, Pós-Doutora em Serviço Social e Gerontologia Social, Professora da Faculdade de Serviço Social e Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Demandas e Políticas Sociais – NEDEPS/PUCRS.

** Assistente Social, Especialista em Gerontologia Social, Mestranda da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

dentro e fora do trabalho, à rotina laborativa, aos papéis sociais desempenhados, ao status do sujeito, ao modo de ser de cada um, aos projetos de vida e a muitos outros fatores.

Debater sobre o envelhecimento tem se tornado atividade cada vez mais presente, tanto na televisão, como em órgãos da imprensa falada e escrita, em seminários, conferências, congressos e através da produção científica. Este fato não ocorre por acaso. Estudos demonstram o aumento acelerado da população idosa brasileira, nas últimas décadas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o número de pessoas com mais de 60 anos no Brasil, que em 2000 chegava a 14.536029 poderá ultrapassar os 30 milhões, nos próximos 25 anos (IBGE, 2002). Esse fenômeno, que ocorre também em nível mundial, requer medidas de políticas sociais que atendam às demandas crescentes dessa parcela cada vez mais numerosa da população.

1. A heterogeneidade da velhice

A forma de viver-se a velhice está associada a várias questões que se interligam e que se tornam mais complexas, porque uma das características desta etapa da vida é a sua heterogeneidade, ou seja, os sujeitos não envelhecem de maneira igual, construindo suas próprias histórias de vida, com características e dificuldades diferentes. Não é admissível, portanto que se trate a velhice de uma forma homogeneizada e que não se leve em conta as diferenças (Lopes, 2000).

É importante, portanto, compreender o idoso em suas diversas formas de ser, respeitando suas maneiras de viver, pois o fato de determinadas pessoas estarem em uma mesma faixa etária não significa que tenham passado pelas mesmas vivências e que apresentem as mesmas características e necessidades. O sujeito idoso não deve ser tratado como objeto e sim como sujeito, histórico e crítico. Como em outra faixa etária, ele deve ser percebido com suas diferentes particularidades, pois a pessoa humana expressa o ser genérico, mas também o ser individual (Heller, 1994), sendo o seu meio social a categoria fundamental a ser compreendida e analisada. A pessoa humana não é um ser isolado, ela estabelece relações e faz parte de um contexto que a influencia, mas que também é influenciado por ela e, nesse movimento, a história é construída (Kosik, 1995). O sujeito é participante dessa construção e a vivência de acordo com seu modo de ser, seus valores, sua visão de homem, de mundo e de sociedade e conforme a situação social e econômica concreta do contexto em que vive.

Constata-se que o Brasil não está preparado de maneira adequada e suficiente para atender às demandas da população idosa. Além dos serviços públicos serem precários, há dificuldade no acesso a recursos e carências na qualificação profissional nas diversas áreas que atendem a essa faixa etária. São necessários programas e propostas de trabalho mais direcionados à população idosa com distintos perfis socioeconômicos. Existem evidentes deficiências no atendimento. O idoso, nos estágios mais avançados de envelhecimento, especialmente quando é acometido de uma doença crônico-degenerativa, representa uma maior despesa no atendimento de saúde. Essa situação atinge o idoso e sua família, que buscam suporte social adequado. Requer-se, portanto, medidas mais efetivas do governo para que esse segmento da população, que já deu a sua parcela de contribuição à sociedade, tenha melhores condições de vida.

A velhice necessita de maior atenção, pois ainda sofre preconceitos e rejeição por parte da sociedade e desvalorização no mercado de trabalho. A sociedade deve apropriar-se dos novos conceitos sobre envelhecimento e tomar consciência de que o crescimento da população idosa é um fato incontestável, constituindo-se numa problemática social que exige maior atenção do Estado. Segundo a Constituição Federal “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade,

defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (Brasil, 1988, p.149). O idoso como qualquer outro cidadão, possui direitos que devem ser garantidos. Esses direitos só serão efetivados, no entanto, se houver pressão da sociedade, para garantia desses direitos, que fazem parte integrante da vida diária das pessoas.

O sujeito muitas vezes não tem clareza sobre seu papel na sociedade, desmerecendo sua função enquanto cidadão e esquecendo-se ou não sabendo de seus direitos previstos na constituição. A informação é um dos meios para levar até os sujeitos os seus deveres e direitos. É preciso, porém, consciência da importância desses direitos para se tornarem realmente eficazes e parte integrante da vida cotidiana do idoso. Não basta, todavia, saber dos direitos, mas estar consciente de seu papel e de sua importância na sociedade, para exigí-los, mas também é necessário colocar em prática os seus deveres enquanto cidadão.

2. Trabalho na terceira idade

O trabalho sempre foi categoria fundamental para o desenvolvimento humano. É necessário, no entanto, compreender as transformações nas funções, nas organizações e nos processos do trabalho para entender as percepções e representações do homem sobre a categoria trabalho. A maneira como o homem se relaciona com o trabalho faz com que tenha concepções e significados diferentes, que devem ser respeitados e entendidos, pois nenhum homem mesmo exercendo funções semelhantes no processo de trabalho, não trabalha da mesma forma. Cada indivíduo se apropria do trabalho de maneira diferente, o que irá sustentar essa diferenciação será a maneira como o sujeito convive em seu meio social, considerado seu contexto socioeconômico.

Entender a história de vida do sujeito é também compreender como ele se apropria do seu meio de sobrevivência, pois “A vida de cada dia é divisão do tempo e é ritmo em que se escoia a história individual de cada um” (Kosik, 1976, p.69). Não há possibilidade de entender o homem e a sociedade sem relacioná-los com a história. A história é fator essencial para a compreensão do homem através de seu passado, presente e futuro. Ela constitui o cotidiano, pois, em toda sociedade, existe vida cotidiana, embora sua estrutura seja diferenciada quanto ao âmbito, ritmos e regularidades.

Para entender os significados de trabalho e aposentadoria, deve se ter claro as mudanças que vêm ocorrendo no mundo atual, mudanças essas que repercutem na vida do ser humano, em seu modo de ser e agir na sociedade, pois, como afirma Agnes Heller, “Quanto mais dinâmica é a sociedade, quanto mais casual é a relação do particular com o ambiente em que se encontra ao nascer, tanto mais o homem está obrigado a colocar continuamente à prova sua capacidade vital” (Heller, 1994, p. 22).

O homem irá expressar suas capacidades de acordo com as imposições da sociedade, todavia, a maneira como o homem irá expressar essas capacidades podem ser distintas, mas irão corresponder a um controle de regras e de normas sociais que dirigem a forma do homem permanecer inserido em seu meio social. A sua relação com a sociedade definida pelas suas capacidades, ou seja, se este provar que tem condições de viver em sociedade desenvolvendo suas capacidades. É importante considerar as dificuldades que o sujeito enfrenta na sociedade com uma visão multidimensional, ou seja, torna-se necessário inserir o sujeito em seu contexto histórico, político, econômico e social.

Entender o cotidiano, compreender as atitudes humanas e o processo histórico é um dos elementos fundamentais na vida do homem. São muitas as dificuldades do idoso na sua vida cotidiana, enfrentando preconceitos relativos ao processo de envelhecimento que está sofrendo. A aposentadoria dificulta ainda mais este processo, uma vez que o entendimento que se tem sobre ela é de afastamento do trabalho. Essa idéia tem origens históricas e culturais, uma vez que, algumas décadas atrás, quem se aposentava, não precisava continuar

trabalhando, pois a renda da aposentadoria bastava para o seu sustento, o que hoje não acontece. O idoso enfrenta preconceitos por ser idoso, e também, por estar aposentado.

O preconceito em relação ao idoso está relacionado à cultura brasileira, ou seja, em países desenvolvidos o idoso é respeitado e possui papéis sociais importantes para a manutenção econômica do país. No caso do Brasil, por bases culturais, o idoso é visto como incapaz, improdutivo e dependente. Todavia, através de trabalhos direcionados a Terceira Idade esta realidade vem se demonstrando falsa e comprovando que o idoso muito tem a contribuir em nossa sociedade. Esse preconceito é considerado, portanto, um tipo de juízo provisório “porque não possuem nenhuma teoria que os sustentem, ou seja, são pensamentos empíricos baseados na experiência cotidiana e social das pessoas” (Guimarães, 2002, p. 17).

A valorização do idoso em nosso meio social é um desafio que está requerendo respostas urgentes da sociedade. Para os Assistentes Sociais é muito mais que um desafio, é um comprometimento ético-político. Segundo a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742, de dezembro de 1993) “a assistência social tem por um dos objetivos, a proteção à família, à maternidade, à infância à adolescência e à velhice”, ou seja, respeitar a dignidade do cidadão é também ir a luta contra qualquer tipo de preconceito ou exclusão e buscar estratégias de enfrentamento, para que a pessoa tenha condições de enfrentar com autonomia as dificuldades impostas pelo atual sistema socioeconômico do país.

Para se efetivarem ações é necessário saber as reais necessidades dos idosos, compreender o que pensam sobre sua condição de aposentado e sobre o trabalho em sua vida, pois os desafios são muitos. Na crise social que se vivencia nos dias de hoje, os mais jovens também estão sofrendo o desemprego (Sobral, 1999). As chances dos mais velhos são menores no mercado de trabalho. Para aqueles que pretendem ingressar no mundo do trabalho, cabe dizer que a disputa é grande e as exigências no mercado são cada vez maiores. Em um sistema econômico como o do Brasil, que valoriza mais a juventude, o posto de trabalho para idosos é mais difícil, pois são vistos como incapacitados, com reduzida força produtiva, raramente levando-se em conta a experiência adquirida pelos mais velhos.

Pela grande concorrência no mercado de trabalho exige-se, cada vez mais, um determinado perfil, considerado adequado. As empresas estão cada vez mais exigentes, esperando sujeitos muito qualificados, que demonstrem capacidade de responder as suas expectativas e exigências. Os empregadores poderiam valorizar os idosos, como consultores e treinadores, que teriam oportunidade de passar suas experiências aos mais jovens (França, 1999). Com isso, poderia ser ampliada a possibilidade de trabalho dos idosos, que não conseguem se manter com os reduzidos valores da aposentadoria. A empresa sairia ganhando, pois evitaria gastos com treinamento externo ou com o longo período de aprendizagem do iniciante. A sociedade, no entanto, vive ainda sob estereótipos e mitos em relação ao idoso.

Convive-se em uma sociedade que tem muita dificuldade em lidar com as diferenças, que estigmatiza, que provoca sentimento de impotência e de exclusão, ao afastar determinadas pessoas do mundo produtivo. É importante que se desvelem essas diversas formas de preconceito, estigma e exclusão e que sejam socializados os conhecimentos sobre envelhecimento e trabalho, para que sejam construídas estratégias de intervenção, que incluam os diversos segmentos da sociedade envolvidos com essa questão.

O desemprego cresce de forma acelerada e a força de trabalho está sendo substituída pelas novas tecnologias, como computadores e robôs. Pode-se dizer que o que mais se globaliza nos dias de hoje é a tecnologia, dificultando a inserção no mercado de trabalho. Na globalização da economia não existem chances iguais para todos, vencendo o que tiver melhores condições de competitividade. Convive-se com um mundo cada vez mais digitalizado e contraditório, em que as pessoas sentem-se perdidas com a velocidade dos avanços tecnológicos, sendo obrigadas a evoluir rapidamente, em conhecimentos e habilidades, para serem incluídas no mercado de trabalho. As pessoas devem preparar-se,

atualizar-se continuamente, para disputar a inserção no mundo do trabalho, para não sofrer com a exclusão, a pobreza e o desprezo. No entanto, este fato não depende apenas da capacidade do sujeito, mas das possibilidades em geral. Cada pessoa tem sua história e seu ritmo de vida, o que engloba também dimensões contextuais, relacionadas a fatores econômicos, sociais e políticos.

3. Trabalho e aposentadoria

A sociedade é contraditória. Por um lado considera a aposentadoria como um direito e uma conquista do trabalhador, depois de muitos esforços e anos de trabalho. Por outro, desvaloriza o sujeito depois de aposentado, que passa a ser visto como improdutivo e, portanto, inútil. O idoso aposentado necessita, muitas vezes, permanecer trabalhando por necessidade financeira, considerando-se que, para grande maioria dos brasileiros, os valores recebidos como aposentadoria não cobrem as suas necessidades de manutenção e de seus dependentes, principalmente quando cabe ao idoso o papel de mantenedor do grupo familiar.

Os motivos que levam o aposentado a continuar ou não a trabalhar são muito complexos. Busca-se entender, então, os motivos e as repercussões dessa opção no cotidiano dos indivíduos. Deve-se levar em conta os aspectos econômicos da vida dos sujeitos, uma vez que, quanto menor a renda, tanto maior será a sua preocupação quanto à aposentadoria. Sujeitos com problemas econômicos, no momento em que se aposentam, podem ter sua renda insuficiente para a sobrevivência. Esse fato é um forte motivo para mais de 4,6 milhões de idosos (cerca de um terço dos idosos brasileiros) retornarem ao trabalho depois de aposentados (IBGE, 2002).

Por outro lado, o trabalho é fundamental para o desenvolvimento pessoal e reconhecimento social, tendo o aposentado dificuldades de desvincular-se do mesmo. O trabalho representa o papel de regulador da organização da vida humana, em que horários, atividades e relacionamentos pessoais são determinados conforme as suas exigências, sendo fundamentais para a vida social. As atividades exercidas, ao longo da vida, servem de ponto de referência para as pessoas, sendo difícil desarticular-se dessas referências (Zanelli e SILVA, 1996).

O ser humano cresce preparando-se para o trabalho e necessita dele, não só por uma questão de sustentabilidade, como de crescimento pessoal. Para o homem, o trabalho representa a própria vida, ainda mais em uma sociedade capitalista em que o homem sem trabalho é considerado improdutivo, sendo excluído socialmente. Os estudos comprovam que o trabalho representa um valor muito importante para as pessoas, o que dificulta o afastamento, para o gozo da aposentadoria. Esse fato pode ser muito mais estressante para o homem que, em geral, concentra mais sua vida no trabalho externo do que a mulher, que compartilha o trabalho externo, como o cuidado da casa e dos filhos. Sendo assim, o esclarecimento e o debate sobre as questões ligadas ao trabalho e à aposentadoria podem contribuir para se viver melhor o processo de envelhecimento e de aposentadoria, pois a longevidade é possível para um número cada vez maior de pessoas.

O esclarecimento resulta em entendimento maior em relação ao trabalho e à situações sócio-econômicas que estão intimamente ligadas ao desengajamento do trabalho, considerando-se que a aposentadoria representa ainda afastamento do trabalho. Essa idéia tem origens históricas e culturais, uma vez que, há algumas décadas atrás, quem se aposentava, não precisava continuar trabalhando, pois a renda da aposentadoria bastava para o sustento do aposentado, o que hoje não acontece.

4. O retorno ao trabalho como necessidade de sobrevivência

A discussão da questão da aposentadoria conduz aos problemas vividos pela seguridade social, assunto em pauta, atualmente, nos meios políticos, na imprensa e na sociedade em geral, dizendo respeito a toda classe trabalhadora. A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, imprimiu um sentido mais amplo na área social, ampliando os direitos sociais e responsabilizando não só a sociedade, mas também o Estado frente às políticas públicas. A política social, materializada no conjunto da Seguridade Social, compreendendo a saúde, a previdência e a assistência, amplia as possibilidades de atendimento à população, sendo fundamental na manutenção da vida dos sujeitos.

As políticas públicas devem perceber o idoso como um ator social e político que faz parte de uma categoria social que requer mais atenção. A assistência, é um caminho para o direito social e para a cidadania, devendo ser reconhecida e exigida pela sociedade e reconhecida pelo Estado como um dever, visto que “o risco a que qualquer um, em princípio, está sujeito de não conseguir seu próprio sustento e cair na miséria, deixa de ser um problema meramente individual e passa a constituir uma responsabilidade social pública” (Bravo 2001, p. 173). A assistência e a proteção social são muito importantes para o bem-estar da família e do sujeito idoso. A proteção social mais do que nunca vem sendo condição essencial, uma vez que a desigualdade social está acelerando e mantendo inúmeras pessoas em situação de risco. A grande maioria dos aposentados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) recebe valores baixos, que vão diminuindo a cada ano, porque a atualização desses valores não corresponde à inflação real. Vão, portanto, perdendo seu poder aquisitivo. Só quem ganha o salário mínimo tem seu valor atualizado. As demais faixas de aposentadoria estão desvinculadas do salário mínimo e vão ficando defasadas. Não resta ao aposentado outra saída, a não ser tentar engajar-se novamente no trabalho: formal, de preferência, ou informal, se não houver outra alternativa. Além do problema de defasagem do valor do benefício, que atinge os trabalhadores que recebem pelo INSS, outras grandes questões preocupam a sociedade brasileira, entre elas se situa a manutenção do próprio sistema previdenciário, que está sendo ameaçada.

Essas questões relativas à previdência são consideradas como grandes desafios a serem enfrentados aqui no Brasil, mas também preocupam em nível mundial, havendo necessidade de discutir-se profundamente a problemática, até serem encontradas as formas mais adequadas ao seu enfrentamento, tanto nos âmbitos sociais, como nos econômicos. Realizar a reforma da Previdência Social é uma medida necessária, mas de grande complexidade, principalmente porque incide sobre direitos e interesses de todos os setores da sociedade. As discussões frente a essa problemática se aprofundam e vários grupos da sociedade estão mobilizados.

Com a longevidade mais pessoas passam a depender, durante mais tempo, da seguridade social, e com a diminuição da natalidade, torna-se cada vez mais reduzido o número de contribuintes para o sustento do sistema. “A longevidade, trouxe novos desafios, sendo um deles a necessidade de assistência, proteção social e o crescente número de pessoas que deixam a força de trabalho antes da idade para a aposentadoria por idade prevista no sistema” (Brasil, 2000, p. 10). Medidas eficazes se fazem necessárias para garantir os benefícios dos aposentados. Somente com a participação efetiva e democrática da população, os aposentados podem garantir os benefícios que, por direito, foram conquistados.

É importante que a sociedade debata essas questões. Os idosos também podem e devem participar dessas discussões nos grupos de convivência, nos conselhos de direitos, nas associações comunitárias e em todos os foros de debate da sociedade. Os profissionais que trabalham com idosos ou junto aos grupos de preparação para a aposentadoria podem motivá-los para que discutam e reflitam sobre esses assuntos, que são do interesse de todos.

É necessário que os direitos sociais e políticos conquistados sejam garantidos e que

outros sejam adquiridos, tendo em vista a melhoria das condições de vida da população, em geral, e dos sujeitos idosos, em particular. A longevidade é o fruto dos grandes avanços científicos e tecnológicos da humanidade, articulados às ações nas áreas sociais, às medidas políticas e econômicas, mas também aos cuidados com a saúde e às mudanças nos hábitos e estilos de vida da população. As pessoas podem viver mais, mas as sociedades devem se organizar para dar condições de vida longa e com qualidade a toda a população. Isso ainda é uma meta a ser atingida em longo prazo no Brasil, considerando-se que ainda existem milhões de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza.

A situação dos idosos merece especial atenção, pois, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais de 2000 (IBGE, 2001), 67,6% dos brasileiros com mais de sessenta anos apresentam uma renda até dois salários mínimos. O idoso, especialmente os de baixa renda, citados acima e os mais fragilizados por problemas de saúde, merecem a devida atenção. Na realidade, a maioria dos aposentados pelo INSS (77,9%) estão na mesma situação de pobreza, pois recebem, igualmente, um benefício médio de até dois salários mínimos. Por outro lado, existem distorções no sistema previdenciário, que favorecem determinados segmentos da população (por exemplo, aposentadorias e pensões de até R\$ 40.000,00 para servidores públicos) causando déficits que ameaçam a viabilidade do sistema.

Considerações finais

Com o rápido crescimento da população idosa, são necessárias intervenções direcionadas à saúde, inserção no mercado de trabalho, medidas de proteção social e garantias para uma boa qualidade de vida futura para os idosos. Além de aprofundar os estudos teóricos sobre o processo de envelhecimento, compete aos profissionais realizar investigações na área, desvelando a realidade da vida das pessoas que estão na denominada terceira idade, em seus diversos aspectos.

Quando se trata de processo de envelhecimento, um assunto muito abordado é a questão da aposentadoria, pois esta não garante uma boa qualidade de vida para os idosos, apesar de ser um direito conquistado pelos trabalhadores. Muitos idosos, são hoje, os mantenedores da família, necessitando reinserção no mercado de trabalho, e em alguns casos, se submetendo à atividades precárias e sem proteção social.

A dificuldade do idoso em ingressar no mercado de trabalho está ligado a diversas questões que devem ser entendidas, entre elas o fato do idoso sofrer preconceitos quanto a sua idade e aposentadoria. A inserção no mercado de trabalho é uma das dificuldades a serem enfrentadas pelos idosos, mas muitas discussões relacionadas a terceira idade devem ser discutidas e divulgadas pelos diversos setores da sociedade.

As desigualdades no país são muito grandes e constituem um grande desafio para os que detêm poder político, para os governantes e para toda a sociedade. As estratégias de desenvolvimento nacional não podem desvincular-se do imperativo de atendimento das necessidades e dos direitos fundamentais do povo brasileiro. Os assistentes sociais, os gerontólogos e demais profissionais que estudam o processo de envelhecimento e que desenvolvem ações junto aos idosos não podem ficar alheios à discussão dessa problemática.

É primordial, entretanto, que os profissionais exerçam o seu papel de mediadores, motivando os próprios idosos e suas famílias a participar de todos os âmbitos da vida social. Eles precisam ser mobilizados a lutar pelos seus direitos e pelas políticas públicas, a superar as dificuldades apresentadas, a discutir leis, a propor serviços e programas e a fiscalizar o uso dos bens e recursos públicos, que devem beneficiar, indistintamente, a todos os cidadãos.

Referencias

- BRASIL. *Constituição da República Federal do Brasil*. Brasília: Edição da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1988.
- . *Lei Orgânica de Assistência Social* (Lei nº 8.742, de dezembro de 1993). Brasília, 1993.
- BRAVO, M. S. *Política social e democracia*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FRANÇA, L. Preparação para a aposentadoria: desafios a enfrentar. In: *Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- GUIMARÃES, G. D. *Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico de 2000*. IBGE, 2001.
- . *Síntese dos indicadores sociais 2000*. IBGE, 2001.
- . *Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- LOPES, R. G. da C. *Saúde na velhice: as interpretações sociais e os reflexos no uso do medicamento*. São Paulo: EDUC, 2000.
- SOBRAL, B. Relações de trabalho na nova realidade populacional brasileira. In: *Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.
- ZANELLI, J. C.; SILVA, N. *Programa de preparação para aposentadoria*. Florianópolis: Insular, 1996.